

## Sprachmischung: ecos de interdição e marcas identitárias

*Sprachmischung: echoes of interdiction and identity marks*

 *Veiane Gaelzer*  
Instituto Federal Farroupilha - Brasil  
Santa Rosa, Brasil  
vejane.gaelzer@iffarroupilha.edu.br

### RESUMO

Buscamos a partir dos acontecimentos históricos de 1930/1940 no Brasil, compreender como políticas de nacionalização linguística do Governo de Getúlio Vargas interferiram nas práticas sociais de imigrantes alemães no que tange a língua. Para tanto, analisamos medidas/decretos do governo varguista e mostramos como a interdição oficial trouxe consequências à vida dos imigrantes. Apesar do esforço/da implementação jurídica do Estado, a língua materna dos imigrantes sobreviveu à proibição e continua viva nas práticas sociais no espaço privado-familiar em algumas comunidades: *Sprachmischung*. Nosso *corpus* discursivo é composto por relatos de filhos de imigrantes alemães da região Noroeste do Rio Grande do Sul, que cultivam, no seu imaginário social, elementos de ligação com seus antepassados. Assim, com base na análise discursiva do *corpus*, percebemos a relação dos sujeitos com a *Sprachmischung* e o modo como ressoam e ecoam vozes, discursos e memórias atravessadas pela interdição do sujeito pela língua. Para tanto, filiamos-nos à Análise do Discurso, mobilizando o conceito de língua, na sua materialidade linguística, afetada e determinada por fatores históricos, ideológicos e políticos.

**Palavras-chave:** interdição; *Sprachmischung*; construção imaginária; construção discursiva; escola.

### ABSTRACT

We search for, by the historical events of 1930/1940 in Brazil, to comprehend how linguistic nationalization politics of the Getúlio Vargas government interfered with social practices of German immigrants regarding the language. For this purpose, we analyze measures/decrees of Vargas' government and show how the official interdiction brought consequences to the immigrants' lives. Despite the effort/the legal implementation of the State, the immigrant's native language survived the prohibition and remained alive at social practices in private-familiar spaces in some communities: *Sprachmischung*. Our discursive corpus is composed of reports of German immigrants' children from the northwest region of Rio Grande do Sul, who grow, in their social imagination, elements of connection with their ancestors. Therefore, according to the discursive analysis of the corpus, we realize the connection between the people with the *Sprachmischung* and the way voices resound, and echo, speeches, and memories crossed by the interdiction of the person by the language. For this purpose, we embrace the Analysis of the Speech, mobilizing the concept of language on its linguistic materiality, affected, and determined by ideological and political historical elements.

**Keywords:** interdiction; *Sprachmischung*; imaginary construction, discursive construction; school.

## 1. INTRODUÇÃO

A língua é um elemento essencial na construção do imaginário de identificação de grupos sociais e como grupo esse imaginário aparece na memória discursiva ao falarem de si. Se nos debruçarmos sobre elementos de identificação de imigrantes alemães e seus descendentes, percebemos que a língua Alemã é um elemento simbólico de identificação. É nesta perspectiva linguística, mais especificamente a de apagamento, que o governo varguista procura instituir a construção imaginária de brasilidade. Se por um lado, a língua nacional é um atestado jurídico de brasilidade, conforme o projeto de nacionalização do governo, por outro lado, ela traz a injunção ao esquecimento da língua materna dos imigrantes. Portanto, a interdição oficial durante o Estado Novo traz consequências para a vida dos imigrantes e interfere diretamente nas suas práticas sociais diárias e essa interdição ainda hoje ecoa na memória social desse grupo. Apesar do esforço e da implementação jurídica do Estado, a língua materna dos imigrantes sobreviveu à proibição, passando de geração em geração no âmbito familiar e continua viva nas práticas sociais no espaço privado familiar em algumas comunidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma língua típica: a *Sprachmischung*. É importante destacar que ao trabalharmos com esse conceito, estamos falando da variação dialetal que envolve a hibridação da língua Alemã com outra, no caso, a língua Portuguesa, criando um léxico intermediário entre as duas línguas: a *Sprachmischung*.

## 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos uma metodologia de abordagem mista, pautados em pesquisa bibliográfica e documental, complementado pela análise de conteúdos de entrevistas semiestruturadas aos descendentes e filhos de descendentes de imigrantes alemães. Esses procedimentos metodológicos que nos guiaram sob forma de investigação qualitativa das questões relacionadas à identificação e à interdição da língua estrangeira nas décadas de 30-40. Período histórico, em que se desvelam cicatrizes discursivas decorrentes às práticas políticas xenofóbicas e dos processos de interdição na constituição linguística dos imigrantes e descendentes. De maneira a atingir reflexões plausíveis na pesquisa, buscamos análise de documentos oficiais do Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, (Diaz, 1939). Nela, fica explícito as situações referentes aos discursos à proibição de línguas estrangeiras, cujo entendimento auxilia na percepção de que há um mascaramento no que tange à implementação da língua nacional. O estudo bibliográfico consiste à luz dos pressupostos teóricos de Mikail Bakthin (2004) e Michael Pêcheux (1997).

Para tanto, na realização do nosso trabalho, buscamos apresentar e discutir condições sociais, históricas e ideológicas do Governo Vargas, época em que foi oficializada a proibição de línguas estrangeiras em todo território brasileiro e a partir desse acontecimento histórico estabelecer a sua relação com sujeito e língua. Por meio do nosso *corpus* discursivo, identificamos e analisamos enunciados que circulam na memória coletiva sobre a língua falada por seus antepassados, ou por alguns sujeitos que ainda cultivam a língua alemã ou o sentimento de pertencimento a esse grupo. Nessas análises, evidenciamos ainda identificação com a língua e, ao mesmo tempo, ecos e ressonâncias desse acontecimento nas práticas sociais de comunidades da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

## 3. DESENVOLVIMENTO

### 3. 1. A língua nas práticas sociais

Ao começarmos nossas reflexões, tomamos a concepção de língua na perspectiva marxista, em que a exterioridade é constitutiva da língua e ela se inscreve em uma ordem sócio-histórica e está

carregada de valores simbólicos. Essa concepção, pautada em Bakhtin (2004), busca considerar a língua não somente como sinal, mas como signo social, carregado de conteúdo ideológico. Isso porque, quando as palavras estão inscritas em uma situação social e são proferidas por alguém, elas estão carregadas de um tom valorativo, ou seja, pelas palavras usadas, o sujeito falante emite julgamentos de valor a partir dos momentos históricos, em que enuncia. Segundo Bakhtin (2004), as palavras, enquanto sinal, não assumem posições axiológicas e não emitem juízos de valor. Nesta perspectiva, as palavras precisam estar inscritas em uma ordem sócio-histórica para significarem e assumirem posições axiológicas. Deste modo, ao serem utilizadas em uma situação social concreta, elas estão carregadas de um tom expressivo e trazem consigo valores e significados sociais.

Sendo assim, ao olharmos para a língua Alemã, inscrita nas práticas sociais do grupo de imigrantes, ela cumpre um papel importante: o de objeto simbólico de identificação. De acordo com Mariani (2007, p.12) “a língua como objeto simbólico de uma nação faz parte de um intrincado de entrelaçamento de estruturas sociais e culturais nas quais circulam memórias e imagens que afetam o modo como a história dessa nação é contada e o modo como os processos de subjetivação ocorrem”. Neste viés, é pela preservação da língua que os sujeitos cultivam as memórias, a cultura e o sentimento de pertencimento de um grupo social, daí a importância da língua na construção dos elementos identitários dos imigrantes alemães e seus descendentes.

Com intuito de refletir sobre a importância da língua Alemã, como elemento simbólico de identificação nas práticas sociais diárias, traremos, a seguir, uma sequência discursiva (Sd1) de uma senhora, neta de imigrantes alemães. Seus avós chegaram ao Brasil em meados do século XIX e, como muitos outros imigrantes, se instalaram fora da região central da imigração. A senhora ainda reside na região da cidade de Tuparendi, que se localiza em torno de 520 km da região berço da imigração, região de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Segundo ela, seus pais lhes contavam que era muito importante ensinar as crianças a falar a língua Alemã para se manterem unidos e foi isso que ela fez. Seus filhos falam a língua de seus avós. Ainda para dar continuidade à nossa reflexão, traremos outra sequência discursiva (Sd2), é de um senhor aposentado que nasceu no Brasil, seus pais chegaram ao Brasil, no final do século XIX, e se estabeleceram nas terras oferecidas no Noroeste do Estado do RS.

Sd1: alles war auf Deutsch bei uns zuerst. Mit die Nachbarn da war alles Deutsch, mia konnten garnicht brasilianisch (no nosso convívio, primeiramente, era tudo em alemão. Com os vizinhos era tudo em alemão, nós nem sabíamos português).

Sd2: falavam em alemão e cantavam em alemão [...] porque eu sei que pra mim mesmo o culto é diferente em português do que alemão, em alemão parece que vai mais no coração, não sei.

Ao olharmos para as sequências discursivas, percebemos que pelas palavras emerge esse sentimento de proximidade, de identificação e de amor. Ao manter viva a língua Alemã, tem-se o desejo de estar mais próximo das suas origens, floresce um *Heimatsgefühl* (sentimento nostálgico da terra natal). Desse modo, a língua desempenhou a função de estabelecer vínculos sociais com outras pessoas do espaço da comunidade e tudo girava em torno dessa língua, como nos relata a senhora “*alles war bei uns zuerst Deutsch. Mit die Nachbarn da war alles Deutsch, mia konnten garnicht brasilianisch*” (no nosso convívio, primeiramente, era tudo em alemão. Com os vizinhos era tudo em alemão, nós não sabíamos português). Ademais, cabe também destacarmos que, nessa sequência discursiva, temos presente a ilusão de totalidade, “*alles*” (tudo), esse tudo remete à língua Alemã no cotidiano das *Gemeinde* (comunidades) e essa ilusão de totalidade contribui para a construção imaginária do imigrante e nela ele se reconhece. Assim, ao considerarmos a afirmação “*alles war auf Deutsch zuerst*” (tudo era em alemão), percebemos a importância da língua nas práticas sociais diárias desses sujeitos e o que ela representa para esse grupo social.

Da mesma forma, na Sd2, percebemos a língua no âmbito sentimental “*em alemão parece que vai*

*mais ao coração*”. Isso porque para os imigrantes, ao falarem ou escutarem a sua língua, brota um sentimento mais forte do que ao falar a língua do outro. É por isso que ao expressar-se na língua Alemã, eles mantêm um elo de pertencimento ao seu grupo, enquanto expressar-se na língua Portuguesa não há o vínculo afetivo, o reconhecimento de pertencimento, nas palavras do senhor: “*é diferente*”; porque a língua do outro não se estrutura mais como uma linguagem, mas apenas como uma língua do opressor. A língua do outro deixa de ser um elemento simbólico de identificação e passa a ser de interdição. Conforme Melman (1992, p.16), “saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, o que ela fala em você se enuncia por sua boca, como destacado, a título do eu”. Isso nos mostra que a língua está para além dos aspectos normativos e que a ela está atrelado também a identificação do sujeito, de modo que a construção de sua subjetividade passa pela língua falada, como aparece na Sd2 “*em alemão parece que vai mais no coração*”, uma identificação afetiva com a língua. Isso nos remete às questões já levantadas sobre os imigrantes: a importância da língua na construção de sua identidade coletiva. Ao nos determos à teoria a partir dessa sequência discursiva, podemos refletir sobre o processo de interpelação-identificação de Pêcheux (1997), que de acordo com o autor, passa pela língua, porque o indivíduo torna-se sujeito pela submissão à língua. Portanto, a língua não é transparente e deve ser vista em seu funcionamento, nas práticas sociais e políticas.

Desse modo, na próxima sequência discursiva, não podemos considerar a língua Alemã apenas como estrutura gramatical, mas considerar a língua materializada nas práticas sociais em que ela significa a partir dos processos ideológicos que interpelam e subjetivam o sujeito imigrante a partir dos acontecimentos históricos do governo de Getúlio Vargas. Assim, podemos observar que o dizer do filho de imigrantes, em seu processo de subjetivação, é interseccionado pelo domínio histórico das décadas de 1930 e 1940. Portanto, para significarmos e podermos interpretar, precisamos do sujeito e da língua na história.

A sequência é de um filho de imigrantes que nasceu em solo brasileiro, seus pais chegaram ao Brasil no final do século XIX e se estabeleceram nas terras oferecidas no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Apesar de se deslocarem e formar outras comunidades, longe do centro da imigração, os imigrantes e seus descendentes constituíam a sua *Gemeinde* (comunidades) e procuraram se manter unidos para sobreviverem e preservar seus laços identitários:

Sd3: Em casa, mesmo proibido, o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua. Meus pais faleceram sem aprender o português. Era proibido os cultos em alemão, em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época.

Para entendermos essa fala, precisamos analisar os acontecimentos históricos e os processos ideológicos, como nos propõe Pêcheux (1997). Se analisarmos apenas a partir de uma leitura literal das palavras do descendente de imigrantes, podemos fazer uma leitura parcial, porque as palavras, fora das condições de produção social, não dão conta dos efeitos de sentido, precisamos considerar a língua em funcionamento e o sujeito na história para significar. Neste viés, este filho de imigrantes ao afirmar que falava a língua Alemã, mesmo ela sendo proibida, está se referindo ao momento da política de Nacionalização do Governo de Getúlio Vargas. E diante desse cenário, nos perguntamos como ficou a identidade do sujeito imigrante e seus descendentes, se conforme Pêcheux (id.), a subjetivação passa pela língua? Fica claro que a língua nacional não lhes trazia nenhuma significação “*meus pais faleceram sem aprender o português*, o processo de subjetivação desses sujeitos não passava pela língua Portuguesa. Podemos entender isso quando ele se refere ao fato de que os cultos religiosos na língua Alemã eram proibidos, mas permitidos e obrigatórios em português, e sobre isso declara: “*em português não, mas ninguém fazia em português, não tinha pastor na época*”. Isso significa que essa era a língua do outro que precisavam aprender, mas não tinha grande valor para eles. Portanto, a língua proibida, a sua língua materna, tem função simbólica crucial na constituição dos sujeitos, “*o pessoal falava em alemão, não sabíamos outra língua*”. Assim, a língua se encontra imbuída de valores e sentimentos identitários que os unem. Diante dessa identificação linguística, a fala dessa sequência discursiva nos mostra, que, mesmo

proibida, a língua materna para esses sujeitos continuava existindo, porque eles precisavam dela para ser, pois não sabiam ser de outro modo, essa era a língua que eles conheciam e que os constituíam como sujeitos.

### 3.2. Interdição da língua

Embora muitos não estabeleçam uma relação da língua com o cenário político brasileiro da década de 30 e 40, a Revolução de 30 é um acontecimento decisivo para ascensão de Getúlio Vargas ao poder, instituindo, em 1937, o chamado Estado Novo, cuja política linguística imposta mudará o rumo das línguas estrangeiras faladas em território brasileiro. É fato que a base desse governo é a de um Estado forte guiado com propostas de controle de massas (os trabalhadores) e medidas que agradavam aos demais setores sociais e econômicas estavam pautadas em um projeto de cunho autoritário-corporativo, procurando aparentemente contentar as diversas classes sociais. O governo varguista procura unir às ações políticas às ações culturais, ressaltando a importância destas para o cenário cultural brasileiro. A cultura e a política se mesclam com o intuito de mascarar a realidade de controle político e domínio cultural sobre as pessoas, sobre a égide de valorizar as raízes nacionais e instituir uma cultura somente brasileira. Deste modo, sob o objetivo aparente de criar uma nação brasileira, o governo propaga o discurso de uma nação unida por uma única cultura e uma única língua e cria oficialmente mecanismos que discursivizam quem é brasileiro e quem não é.

Neste plano de construção de imaginário de identidade brasileira do governo varguista, encontram-se também os sujeitos imigrantes vindos para o Brasil. Cabe lembrar que ao escolherem vir para o Brasil, motivados por promessas, não estavam negando a sua pátria, a sua língua ou a sua identidade. Eram imigrantes pobres, por isso, partiam por necessidade, vinham para o Brasil em busca de condições de sobrevivência para suas famílias, uma vez que essas condições de sobrevivência não encontravam mais na sua terra natal. Portanto, os imigrantes não abdicavam de sua língua ao saírem da sua terra natal, antes buscavam mantê-la viva na nova terra como elemento de identificação de quem eram, de suas memórias e de suas histórias. De acordo Pêcheux (2007), memórias são constituídas por recortes, lacunas, em que alguns sentidos são silenciados e excluídos da memória, fazendo valerem-se outros sentidos. Essas lacunas são determinadas pela historicidade de cada sujeito e não expressam exatamente como os fatos ocorreram, mas como o sujeito os elabora, absorve e analisa, por meio de paráfrases.

A seguir, temos outra sequência discursiva que nos mostra esse laço identitário pela língua e, ao mesmo tempo, faz menção aos acontecimentos históricos da Era Vargas da implementação da política linguística:

Sd4: Die Wollten, dass man sollte brasilianisch sprechen. Und die Nachbarn waren alle Deutscher und dann haben wir sowieso Deutsch gesprochen (eles queriam que nós falássemos o brasileiro/português. E os vizinhos eram todos alemães e de qualquer modo falávamos alemão).

No início da sequência discursiva, podemos perceber que se estabelece um diálogo entre os fatos da vida da senhora com a política nacionalista do Governo Vargas, a da implementação oficial da língua nacional: a língua Portuguesa. Ela afirma: “*Die Wollten, dass man sollte brasilianisch sprechen*”(eles queriam que nós falássemos o brasileiro/português), ela está se referindo ao momento histórico, no Brasil, das décadas de 1930 e 1940. O governo Vargas tinha o objetivo de criar uma política nacionalista para o país e, por isso, proíbe a fala de qualquer língua estrangeira e qualquer manifestação religiosa ou cultural que não fosse realizada na língua Portuguesa. Portanto, o discurso da construção de um país miscigenado, unido e identificado por uma única língua, esconde uma prática política xenofóbica por parte da ordem do Estado com o intuito de anular politicamente os estrangeiros, controlando-os. Uma das formas de controle está explícita no Decreto-Lei nº1.545, de 25 de agosto de 1939. Tomaremos a seguir dois artigos desse decreto que “dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de

estrangeiros” e expõem sobre medidas religiosas, culturais e linguísticas, para analisarmos como esses dispositivos interferiram nas práticas sociais dos imigrantes e seus descendentes:

Art. 15º – É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Art. 16º – Sem prejuízo do exercício público e livre culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.” (REVISTA ENSINO, 1939, p. 134).

O Estado implantou a língua Portuguesa como língua Nacional e tomou a cobrança dessa língua incisivamente nas áreas de colonização dos imigrantes e seus descendentes. A partir desses dois artigos, podemos refletir sobre a questão da interdição da língua Alemã, em que os sujeitos, a partir de uma política linguística, precisavam falar a língua Portuguesa e esquecer/anular a sua língua materna. Este fato inibiu significativamente a prática dessa língua, no domínio público e institucional, interrompendo as publicações da imprensa escrita, nas escolas e no espaço privado. Isso significa que a interdição da língua Alemã aparece como um fato discursivo da ordem do silenciamento e do apagamento da língua e da memória, isto é, da unidade cultural dos imigrantes em detrimento do processo de nacionalização, como ele nos relata, “*Die wollten, dass man sollte brasilianisch sprechen*” (*eles queriam que nós falássemos alemão*). Portanto, a política do governo varguista a partir do Decreto de 25 de agosto de 1939 vigiava e punia aqueles que não respeitassem as leis quanto à proibição da língua estrangeira, ou qualquer manifestação contrária à sua proposta política. Essa forte vigilância também pode ser percebida, nos registros da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul, apontados por Azambuja (2002), ao consultar os documentos nos livros de ocorrência policial das décadas de 40. Se os imigrantes e seus descendentes eram flagrados falando alemão, eram punidos e/ou presos. Conforme ilustra o registro da ocorrência da Delegacia de Polícia “Carlos da Luz denuncia seus colegas Nicolau Peiter e Orlando Martin, mecânicos da Chevrolet, por ter recebido palavras ofensivas quando os advertia por estarem falando em alemão”. (Livro de registros de 1942, folha 145, 02/10/42), ou ainda “o acougueiro Arnaldo Genz e Antonio Silbojon foram surpreendidos falando em alemão. Os infratores sofrem penas correnacionais” (Livro de registros de 1942, folha 145, 02/10/42).

Vale lembrar que durante a campanha da implantação da ‘língua nacional’ não estavam em jogo apenas elementos linguísticos, tratava-se da presença de elementos políticos e ideológicos nesse processo. Em outras palavras, é pela ‘língua nacional’ que o governo varguista buscava convencer o povo para uma união, sob a égide de “vários povos unidos por uma só língua”, temos aí a tentativa de uma fabricação de uma identidade coletiva. Segundo Seriót (2001, p.83) “o nacionalismo é a fabricação de uma identidade coletiva no plano imaginário”. Essa fabricação de uma identidade coletiva, nas décadas de 1930 e 1940, se utilizou da política da inclusão dos imigrantes pelo viés da língua, porém, ocorre o inverso, esses sujeitos foram excluídos e humilhados e isso deixou marcas em suas vidas. Por isso, ao nos determos na história do Brasil sobre a língua Nacional, temos a implantação de uma política xenofóbica incisiva através da legislação específica na campanha nacionalista a partir do Decreto-Lei nº1545, de 1939. Esse decreto interfere diretamente na vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, de modo que essas interferências são, ainda hoje, lembradas pela memória discursiva desses sujeitos, quando eles falam de si.

A fim de refletirmos sobre a interdição da língua, traremos a seguir a fala de uma filha de descendentes de imigrantes. Seu pai chegou ao Brasil, no início do século XX, aos oito anos de idade. Sua mãe é filha de imigrantes que chegaram por volta do final do século XIX. A mãe da entrevistada nasceu no Brasil, na cidade de Ijuí. Seus avós maternos pertenciam a uma família tradicional da cidade de Santo Ângelo. Seus pais se casaram e foram morar na cidade de Santa Rosa, no início da década de 1930, e abriram um comércio, onde vendiam e revendiam produtos em geral e no mesmo estabelecimento havia a padaria. Ao falar dos fatos do passado, ela afirma:

Sd5: eu não tenho nada a ver com essa época. Eu e meus filhos nós não falamos mais alemão. Meus filhos todos sabem falar inglês. Nossa família não quer mais falar dessa época, isso ficou no passado.

As palavras “*eu não tenho nada a ver com essa época*” retrata como ainda ecoa esse acontecimento da proibição da língua Alemã e tem reflexos na vida dessa família, uma busca pelo apagamento desse acontecimento político. Não falar é uma forma de tentar apagar a violência simbólica sofrida por essa família. Ao destacar “*eu e meus filhos nós não falamos mais alemão*”, a senhora tenta negar qualquer identificação com o grupo de imigrantes através do conhecimento linguístico, pois sabemos que a língua era/é um modo simbólico de identificação social. É pertinente esclarecer que essa senhora, filha de descendentes de imigrantes, procura não mais falar a língua para não mais pertencer ao grupo de descendentes de imigrantes alemães, dado ao fato de que a sua família sofrera não só violência simbólica pela língua, mas também violência física na época de Getúlio Vargas. A casa de seus pais foi apedrejada e saqueada em uma noite e sua mãe teve que fugir com ela nos braços. Como postula Pêcheux (2007) nossas memórias são constituídas por recortes, em que alguns sentidos são silenciados e excluídos da memória, fazendo valerem-se outros sentidos, como a senhora reforça “*Nossa família não quer mais falar dessa época, isso ficou no passado*” e a partir disso busca outra identificação “*Meus filhos todos sabem falar inglês*”, elaborando novos efeitos de sentido.

Desse modo ao nos determos nas sequências discursivas 4 e 5 (“*und dann haben wir sowieso Deutsch gesprochen*” e “*eu e meus filhos nós não falamos mais alemão*”) percebemos que a língua, em ambas falas, desempenha um papel simbólico de questões identitárias. Na primeira, reforça o elo de identificação “*um dann haben wir sowieso Deutsch gesprochen*” (e então nós falávamos igual alemão), forte presença de sentimentalismo e, ao mesmo tempo, nos revela que a política nacionalista de Vargas não teve êxito total no apagamento da língua Alemã e que alguns, mesmo proibidos, continuavam falando sua língua materna. Isso significa que, apesar do controle e da interdição oficial no período do Estado Novo, essa língua sobreviveu e ainda está presente em algumas comunidades de pequenos municípios. Porém, esses sujeitos não saíram imunes desse processo de nacionalização, essa interdição ecoa nas suas falas, na sua constituição e na construção imaginária desse grupo, seja aquela que eles fazem de si mesmo ou aquela que os outros fazem deles. Assim, na sequência discursiva 5, “*eu e meus filhos nós não falamos mais alemão*”, a língua desempenha um papel simbólico de desidentificação, a negação e o apagamento do sentimento de pertencimento, indo ao encontro da política linguística do Estado Novo.

Ainda voltando nossa atenção para sequência discursiva 5, ela nos chama atenção porque a interdição da língua está presente na construção da identidade dessa família, bem como na sua memória social ligada ao grupo de descendentes de imigrantes, negando veementemente a língua e buscando nova ligação “*Meus filhos todos sabem falar inglês*”. Não falar a língua Alemã, percebemos em “*isso ficou no passado*” implica em um silêncio que corrompeu a identidade, porque eles deixam de dizer, porque não querem mais saber, porque foram impedidos, então, “o silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (Orlandi, 2002). Nesta ótica, o silêncio trabalha na perspectiva da identificação dos sujeitos e é constitutivo do sujeito e da sua relação com a língua, seja a língua materna silenciada ou a língua nacional, em que ele se inscreve juridicamente como cidadão brasileiro. Essa relação densa entre os imigrantes alemães e sua língua com o período histórico das décadas de 1930 e 1940 está presente na memória social e aparece na própria constituição desse grupo e ao falar de si.

Deste modo, o processo de nacionalização criou o discurso, em que alguns “podiam falar”, os que tinham direito à voz eram aqueles que dominavam a língua Nacional e eles estavam autorizados a falar. Enquanto outros “deveriam calar”, os que não tinham direito eram os imigrantes e seus descendentes, visto que eles não “sabiam” falar a língua nacional, ao mesmo tempo, a eles é negado “o direito de serem sujeitos”. Já que, conforme Pêcheux (1997), o sujeito se submete à língua para ser e significar-se, portanto, esses sujeitos não podiam ser, nem significar-se. Temos, conforme Orlandi (2007), “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos

lugares, certas posições”. Nesta perspectiva, o modo de ser do sujeito descendentes de imigrantes alemães é afetado, porque proíbe-se a sua língua e com ela os elementos que os constituem como sujeitos, procura-se impedir o sujeito de se inscrever e identificar-se como um imigrante ou um descendente de imigrante, porque ele precisa criar nova forma de identificação: ser brasileiro.

A partir da próxima sequência discursiva, podemos continuar nossas reflexões. Trata-se de uma senhora de 47 anos, professora, filha de descendentes, moradora da cidade de Santo Cristo\RS:

Sd6: “a gente percebe que a história acabou interferindo na língua, a gente percebe bastante porque o pós-guerra, aquelas pessoas tinham, não sabiam falar bem o português, e tinham medo de falar alemão, então se quebrou esse vínculo, de fato as pessoas, tem uma geração que não sabem nem uma nem outra certo e isso estendeu bastante no sentido de as pessoas terem vergonha de falar que não é para passar pelo que “a gente” ‘passou e isso prejudicou muito”.

Novamente percebemos referências às décadas de 30 e 40, em que muitos tinham medo de falar a língua Alemã, devido à violência simbólica a que foram submetidos no período do Governo de Getúlio Vargas e no período pós segunda Guerra Mundial. Essa violência fica evidente ao dizer “*e isso se estendeu bastante no sentido de as pessoas terem vergonha de falar, que não é para passar pelo que “a gente” passou e isso prejudicou muito*”. Como já apontado no decorrer desse estudo, nesse período da proibição, muitas pessoas por não dominarem a língua Portuguesa restringiam-se ainda mais do convívio social, e como ela afirma “*aquelas pessoas tinham, não podiam falar bem o português e tinham medo de falar alemão*”. Neste dito, está presente o não-dito que remete aos acontecimentos históricos da Segunda Guerra Mundial e a relação de alguns imigrantes alemães com a prática política nazista. Portanto, quando nos debruçamos sobre esse sujeito, temos um sujeito que ao falar está inscrito em uma ordem social e histórica e é um sujeito que dialoga e responde implicitamente aos acontecimentos históricos das décadas de 1930 e 1940 e que apresenta como uma de suas características a marca da interdição, construída pelos acontecimentos históricos. Essa interdição produz efeitos de silenciamento a respeito dele próprio e da sua historicidade, como a senhora relata “*tem uma geração que não sabem nem uma nem outra certo e isso estendeu bastante no sentido de as pessoas terem vergonha de falar*”. Dessa forma, temos a interdição do sujeito e da língua, que é, ao mesmo tempo, a interdição do próprio sujeito pela língua, em virtude da proibição de falar a língua Alemã. Já que, segundo Pêcheux (1997), pela língua somos sujeitos e a partir dela acontecem as formas de subjetivação. Podemos refletir sobre essa questão teórica, ao nos determos na palavra “vínculo”, “*então se quebrou esse vínculo*”. Ao observarmos a palavra “vínculo”, percebemos que ela traz à tona as questões de identificação desses sujeitos. No entanto, não se trata de questões excluídas e apagadas, ao referir-se “*se quebrou esse vínculo*”, antes, trata-se de uma violência simbólica no que tange esse processo de pertencimento. Todavia, a língua não foi totalmente apagada como objetivo do projeto de Nacionalização da Era Vargas, a língua sobreviveu, mesmo sob interdição. Prova disso é a *Sprachmischung* presente nas práticas sociais e no espaço privado-familiar em pequenas comunidades do interior do estado do Rio Grande do Sul.

### 3. 3. *Sprachmischung*: elementos simbólicos de identificação.

Ao tratarmos sobre a *Sprachmischung*, pautamo-nos no conceito de heteroglossia de Bakhtin (2004), em que a realidade da língua é social e é nas práticas sociais que as palavras assumem efeitos de sentido, porque uma língua real está sujeita à hibridez e a exterioridade é constitutiva da língua. Nesta ótica, não podemos analisar a *Sprachmischung* apenas pelo viés da língua enquanto sistema normativo de regras, antes precisamos considerar as questões de produção em que esse processo se desenvolveu. Sabemos que os imigrantes que vieram para o Brasil traziam na sua bagagem uma variante linguística menos culta do alemão vernacular: o dialeto. Esse não ficou fixo, antes estava em movimento. Ainda cabe lembrarmos que a maioria dos colonos, no meio rural, lutando pelo autossustento, nem sempre tinha acesso a diferentes leituras e as palavras usadas nas suas práticas sociais restringiam-se ao modo peculiar de sua sobrevivência: a agricultura família. Além disso, com a implantação da política nacionalista, nas décadas de 30 e 40, o uso da

língua restringiu-se praticamente à conversação no ambiente familiar e no seu círculo de amizade. Isso significa que as palavras usadas no cotidiano diminuíram significativamente. Enquanto a língua Alemã padrão, utilizada na Alemanha e em toda a Europa, evoluiu, acompanhando todo o processo da industrialização vivido no continente europeu. Dessa forma, instaura-se um sentimento de inferioridade em relação ao dialeto falado pelos imigrantes e descendentes alemães no Brasil, cuja língua era classificada como “alemão errado”. Esse sentimento de inferioridade era reforçado quando cidadãos alemães vinham para o Brasil e, muitas vezes, não compreendiam todas as palavras utilizadas pelos descendentes nas suas *Gemeinde*. Conforme Seyferth (2002), os cidadãos alemães cultos eram chamados de *Neudeutscher* (alemães novos) e eles demonstravam certa superioridade pelo domínio da língua, considerada “certa”, e preferiam ficar na área urbana por causa da sua escolaridade, enquanto os colonos descendentes de imigrantes alemães eram inferiorizados pelo dialeto e pelo trabalho na área rural. Nesta ótica, os imigrantes instalados no Brasil há mais tempo apresentam uma língua peculiar, a *Sprachmischung*, resultado da mistura de duas línguas: o dialeto alemão, falado por eles, e a língua Portuguesa.

Neste viés, ao estudarmos questões pertinentes à *Sprachmischung*, é necessário considerar o período histórico do projeto de nacionalização do Brasil, nas décadas de 30 e 40, isso porque esse período trouxe mudanças significativas para a vida dessas pessoas, como nos relata a senhora “e isso se estendeu bastante no sentido de as pessoas terem vergonha de falar alemão”(Sd6). Além disso, o domínio da língua Alemã, mesmo no processo da *Sprachmischung* e não da língua Portuguesa, nos mostra como a preservação da cultura e do elo identitário se mantiveram durante muitos anos e em algumas comunidades do interior do RS até hoje. Embora esse processo não tenha ficado intacto, como nos diz “se quebrou esse vínculo”, o sentimento de pertencimento, a língua representando essa ligação ainda permanece, mesmo com atravessamentos da língua do outro. Deste modo, na *Sprachmischung*, temos uma língua fluida (Orlandi, 2002) que se materializa nas práticas sociais das *Gemeinde* (comunidades) e que se preserva de geração em geração. Assim, a *Sprachmischung*, é uma forma de reconhecimento e remete a um sentimento de pertencimento que faz parte da identificação do grupo de imigrantes e seus descendentes e que vive no imaginário social que os constitui e a partir dele se reconhecem e discursivizam sobre si.

A seguir, duas sequências discursivas, nelas percebemos a fluidez da língua, ao mesmo tempo, o sentimento de pertencimento e de identificação. A primeira é de uma jovem de 16 anos, estudante do 2º ano do Ensino Médio em 2019 de uma escola pública, residente na cidade de Santo Cristo, filha de um comerciante e dona de casa. A outra é de uma senhora de 84 anos, residente na cidade de Santa Rosa, filha de imigrantes alemães.

Sd7: Ich habe immer Deutsch von Klein uf gelernt, aber jetzt ist das meh kompliziert und, aber ich finde das ist viel importante (Eu sempre aprendi alemão desde pequena, mas agora está mais complicado, mas agora eu acho isso muito importante).

Sd8: wenn meine amigas kommen, dann sprechen wir auf Deutsch (quando minhas amigas vêm, então nós falamos em alemão).

Ao nos determos nessas sequências discursivas, embora de gerações diferentes, podemos destacar que a língua/*Sprachmischung*, a mistura do dialeto com a língua Portuguesa, sob a ilusão de estar falando apenas a língua Alemã, ainda desempenha papel simbólico de elemento de identificação e de pertencimento a um determinado grupo, como afirmam: “aber ich finde das ist viel importante (Sd7)” (mas isso - falar alemão - eu acho muito importante) e “wenn meine amigas kommen, dann sprechen wir auf Deutsch (Sd8)” (Quando vinham minhas amigas, então falávamos em alemão). Em ambas as falas, percebemos atravessamentos, embora as falantes não tenham se dado conta disso, temos as palavras “importante” e “amigas” na língua Portuguesa que na língua Alemã vernacular fala-se “wichtig” e “Freundinnen”, respectivamente. Portanto, a língua, neste caso, *Sprachmischung*, mesmo sob forte interdição nas décadas de 30 e de 40 ainda desempenha o papel simbólico de elemento de ligação, de sentimento de pertencimento em algumas comunidades de descendentes de imigrantes alemães.

Ademais, é pertinente pontuarmos, ao estudarmos a *Sprachmischung*, que não há apenas uma

transferência de uma língua para outra, existe certo processo de germanização das palavras e essas palavras começam a fazer parte do vocabulário dos imigrantes nas suas práticas sociais diárias, como se elas “fossem” da língua Alemã. Pautados em Padre (2003), percebemos que na *Sprachmischung* há uma tendência de utilizar substantivos da língua Portuguesa, inseridos em uma construção frasal em língua Alemã, como: *rodoviária, chimir, potrea, tratao, ônibus*. Em relação aos verbos, a tendência é de organizá-los, acrescentando o sufixo “-ieren” no radical latino, a exemplo de *avisierem, capinieren, combinieren*, etc. Assim, ao analisarmos os exemplos, percebemos que se trata de uma germanização de palavras portuguesas, que integram o vocabulário do dialeto alemão/*Sprachmischung*, mas que permanecem com a sua origem portuguesa, facilmente identificada. Temos outros exemplos retirados de trabalhos de Willems (1940): *arrumierem* (arrumar), *wowo* (vovô), *Fakong* (facão), *Camoninhong* (caminhão), *Kadee* (cadeia), *Scharke* (charque), *Fumm* (fumo) *Maiyók* (mandioca) *Milha* (milho), *Mat* (mate). Esse processo da *Sprachmischung* nos mostra que o processo de preservação da cultura e do elo identitário simbolicamente se mantém, mesmo com atravessamentos da língua do outro “*aber das finde ich importante*” (Sd7).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as relações interdição e de identificação da língua nas práticas sociais, desvelando ecos e ressonâncias da política nacionalista do governo varguista das décadas de 30-40), cuja consequência ainda está presente na vida de pessoas de comunidades da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Nessas comunidades, o imaginário de construção dos elementos identitários, mormente, perpassa pelos elementos culturais de pertencimento à língua/*Sprachmischung*. Sabemos que a língua é um elemento essencial na construção do imaginário de identificação de grupos sociais e esse imaginário aparece na memória discursiva ao falarem de si, ao mesmo tempo, em que se desvelam cicatrizes discursivas decorrentes dos processos de interdição na constituição linguística desses sujeitos. O período histórico do Governo de Getúlio Vargas, cujo momento almejava construção de um país miscigenado e unido por uma única língua, silenciou a língua de imigrantes e seus descendentes e procurou instituir oficialmente a língua Portuguesa, como a nacional. Todavia, essa sobreviveu à proibição do regime do Governo Vargas e continua viva nas práticas sociais com uma língua típica, a *Sprachmischung*; uma mistura surgida da interdição da língua proibida com a língua portuguesa. Neste viés, o estudo vem ao encontro de investigações tanto no âmbito teórico sobre o modo de explicação dos fatos linguísticos, como também sobre as condições de produção de acontecimentos discursivos e seus efeitos de sentidos nas práticas sociais. Portanto, trabalhar com questões pertinentes aos elementos identitários de comunidades e suas relações é estabelecer diálogo entre história, língua, sujeito e identidade e é trazer à tona ecos e ressonâncias de cicatrizes de identificação, ao mesmo tempo, de interdição.

## REFERÊNCIAS

- Azambuja, L. I. B. (200). *Língua Alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul*. Editora EDUNISC.
- Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Editora Hucitec.
- Pêcheux, M. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora Unicamp.
- Sériot, P. (2001). Linguística Nacional ou Linguística Nacionalista? In *Línguas – Instrumentos Linguísticos*. (pp. 80-96) Editora Pontes.
- Orlandi, E P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora UNICAMP.
- Orlandi, E P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. Editora Cortez.
- Mariani, B. (2007). Subjetividade e imaginário linguístico. In I. Voese (org.) *Linguagem em discurso*. (pp. 10-25) Editora Unisul
- Melman, C. (1992). *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e de país*. Editora Escuta.
- Prade, H. G. (2005). O linguajar do alemão gaúcho. In: *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação* (pp. 90-115).
- Diniz, P. P., Pereira, A. T., Engelsdorf, N. S., Carneiro, A. F. (1939). Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, 1939, Ano I, v. 1, n. 2, out., RS. *Revista pedagógica*. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99798>
- Seyferth, G. (2002). *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Editora Revista.
- Willems, E. (1940) *Assimilação e populações marginais no Brasil*. Editora Nacional.

---

### AUTOR

**Vejane Gaelzer**. Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS (2012). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2006). É especialista em Deutsch als Fremd-/ Zweitsprache pela Universidade Otto-von-Guericke-Universität Magdeburg, na Alemanha (2000\2001) Coordenadora do grupo de pesquisa “Questões de Linguagem e de Inclusão” do Instituto Federal Farroupilha - IFFAR.

### Conflict of interest

The author reports no conflict of interest.

### Funding

There was no financial assistance from external parties for this article.

### Acknowledgments

N/A